
**Modernas, sim. Feministas, não – breves
considerações sobre a emancipação das mulheres
em João do Rio e Júlia Lopes de Almeida**

*Moderns, yes. Feminists, no – brief considerations on the
emancipation of women in João do Rio and Júlia Lopes
de Almeida*

Giovanna Dealtry

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2024.nEsp.a1263>

RESUMO

A chamada Belle Époque carioca configura-se como um espaço de debates públicos acirrados sobre o surgimento da mulher moderna. O presente artigo analisa como João do Rio e Júlia Lopes de Almeida apoiaram a emancipação feminina em termos alinhados com os ideais da modernidade, ao mesmo tempo em que teciam críticas a certos aspectos das práticas feministas. Para isso, investiga-se como o discurso literário – em contos, crônicas e entrevistas – adquire funções pedagógicas e moralizantes frente a um feminismo que, muitas vezes, parecia colocar em risco a estabilidade da família, ancorada na figura materna.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; Júlia Lopes de Almeida; João do Rio; modernidade.

ABSTRACT

The so-called Belle Époque in Rio de Janeiro is characterized as a space for fierce public debates about the emergence of modern women. This article analyzes how João do Rio and Júlia Lopes de Almeida supported women's emancipation in line with the ideals of modernity, while also criticizing certain aspects of feminist practices. For this, it is investigated how the literary discourse, through short stories, chronicles and interviews, acquires pedagogical and moralizing functions in the face of a feminism, which often seemed to put at risk the stability of the family, anchored in the maternal figure.

KEYWORDS: Feminism; Júlia Lopes de Almeida; João do Rio; Modernity.

Um dos aspectos caros à modernidade brasileira é o início de um debate conturbado sobre a autonomia das mulheres. A formação de um proletariado feminino; a entrada das mulheres na imprensa e nas universidades; as novas performances estéticas – por meio da moda e da incorporação de hábitos urbanos –; a luta pelo fim da tutela do marido, pelo divórcio e pelo voto, são alguns dos aspectos relativos à constituição da nova mulher.

Soma-se a esse cenário os desdobramentos da herança colonial, com o trabalho braçal e doméstico continuando a ser destinado majoritariamente às mulheres negras, e a chegada de imigrantes pobres europeus com suas específicas formações culturais. Em termos simplificados, a disputa pelo signo trabalho para mulheres brancas e burguesas é muito distinto do reservado para proletárias. Ainda que a entrada nas universidades e o exercício de profissões liberais e intelectuais tenham sido conquistas árduas, imbricadas, em muitos momentos, com o ideário da autonomia feminista, para a maioria das mulheres pobres e negras o espaço público evidencia a luta pela sobrevivência diária, como as longas jornadas de trabalho mal remunerado e de locomoção, além do acúmulo de tarefas domésticas e cuidados familiares.

Na obra de João do Rio, de Júlia Lopes de Almeida e de outros autores das primeiras décadas do século XX, percebemos um interesse por compreender – e ajudar a compor – os novos papéis sociais e subjetividades femininas surgidas nesse período. Os escritores ensaiam construir imagens, de forma pedagógica, das novas mulheres alinhadas aos anseios da modernidade, sem colocar em risco os valores da feminilidade, incluindo a posição de sustentáculo familiar.

A distância temporal permite entender o conflito por que passam os escritores do período. Como nos mostra Elizabeth Badinter, em *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, o nascimento da mãe moderna, a partir de fins do século XVIII, é uma imposição moralista e do crescente papel da medicina na regulação da privacidade familiar. O aleitamento, por exemplo, antes relegado a amas que sequer moravam sob o mesmo teto da família, passa a ser considerado tarefa exclusiva da mãe, independentemente da classe social, assim como os cuidados com as crianças. Se, por um lado, comprova-se que o aleitamento não compartilhado e os cuidados exclusivos são necessários à sobrevivência das crianças; por outro, esse discurso é acompanhado de um controle cada vez maior sobre a figura materna.

A nova mãe, que se sente responsável pela saúde do filho, não oculta sua ansiedade e pede mais conselhos e ajuda ao médico. A presença desse novo personagem no seio da família se faz sentir cada vez mais no século XIX. As obras de Gilibert, Raulin ou Buchan já não bastam para acalmar a angústia materna. Quer-se poder consultar a autoridade a domicílio. Os médicos aproveitaram a ocasião e concluíram tacitamente uma ‘aliança privilegiada’ com a mãe. Adquiriram rapidamente uma considerável importância no seio da família e fizeram da mãe a sua interlocutora, sua assistente, sua enfermeira e sua executiva. No *Dictionnaire de la santé*, o higienista Farssagrife escreve, em 1876: ‘As vigilantes mercenárias são para as verdadeiras enfermeiras (subentendido:

as mães) o que as amas profissionais são para as mães... Tenho a ambição de fazer da mulher uma enfermeira completa...' (Badinter, 1985, p. 210)¹.

Assim, o mito do amor materno como algo “natural” requer, mesmo das mulheres ricas, uma constante vigilância da casa, da saúde do próprio corpo, dos afazeres cotidianos, para que o bom andamento do lar, traduzido muitas vezes pela sobrevivência da criança até a idade adulta, seja como um espelho para o modelo de progresso desejado.

Se a medicina contribuía na criação da boa mãe, a vigência do pensamento positivista e higienista via nas mulheres “públicas” uma ameaça à integridade física e moral dos homens e, por consequência, uma ameaça à integridade familiar e social, desde a segunda metade dos Oitocentos.

O conto “D. Joaquina”, de João do Rio, explora essa fronteira entre o “vício” da prostituição e o sacrifício do amor materno. O narrador (talvez João do Rio?) acompanha o amigo Augusto Guimarães pelas áreas mais pobres da cidade, onde “a gente baixa tem apenas instintos” (Rio, 1995, p. 28). Contra a artificialidade das *cocottes*, a sedução das damas da alta sociedade carioca, os amigos caem fascinados pela crueza das mulheres, dos trabalhadores e dos marinheiros nas ruas, a negociar o sexo sem meias palavras nas esquinas escuras.

A observação interessada, por vezes empática, das mulheres pobres e mesmo mais velhas é interrompida quando o narrador se depara com D. Joaquina, uma mulher idosa, de cabelos brancos, a circular

¹ Os estudos de Badinter referem-se somente à França. No entanto, as mesmas prescrições podem ser encontradas direcionadas para as mulheres no Brasil, tendo em vista como o país mirava-se nos ideais de progresso desenvolvidos na Europa.

pela Praça Tiradentes. “Assim, certa noite, quase à uma da madrugada, vinha eu de cear num *club* de jogo, quando deparei na calçada deserta com a velha atroz. Aranha de horror, esperaria ainda alguém?” (Rio, 1995, p. 28). Ao contrário das outras mulheres, que parecem envergonhadas, a idosa desperta a repulsa “pela fealdade, pela miséria da alma, pela hipocrisia, pelo vício – por tudo!” O quadro se reverte quando descobrimos que D. Joaquina, na verdade, se prostitui para satisfazer as vontades, os pequenos luxos de seus dois filhos adultos. De prostituta à mãe devotada, ainda que cega diante da exploração praticada pelos filhos. “A maior felicidade de D. Joaquina é quando eles atravessam o largo e vêm lhe pedir a benção. Eles só vêm, os marotos, quando precisam de dinheiro...” (Rio, 1995, p. 29).

João do Rio propõe o choque ao desnaturalizar posições compreendidas como antagônicas pelo viés higienista e psiquiátrico. Poderia a prostituta ser uma mãe devotada? Saímos das considerações dicotômicas, até mesmo das implicações sociais da pobreza, para colocar no centro da cena o debate sobre os limites da abnegação materna e suas consequências.

Se a mãe, pela perspectiva modernizadora e higienista, deveria transformar-se na “enfermeira completa”, a prostituta é a face da mulher capaz de promover a degeneração da sociedade pela inclinação “natural” ao vício.

Vista como uma soma desarrazoada de atributos positivos e negativos, cujo resultado nem mesmo os recursos científicos cada vez mais sofisticados poderiam prever, a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe; o que garantiria a vitória do bem sobre o mal, de Maria sobre Eva. Se a mulher estava naturalmente predestinada ao exercício desses papéis, a sua incapacidade e/ou recusa em cumpri-los

eram vistas como resultantes da especificidade da sua natureza e, concomitantemente, qualificadas como antinaturais. Sob a égide das *incoerências do instinto*, os comportamentos femininos considerados desviantes – principalmente aqueles inscritos na esfera da sexualidade e da afetividade – eram vistos ao mesmo tempo e contraditoriamente como pertinentes e estranhos à sua própria natureza. Nesse sentido, a mulher era concebida como um ser cuja natureza específica avizinha-se do antinatural (Engel, 2004, p. 332-3).

Esses escritores não escondem o problema: como defender a crescente participação feminina na sociedade, em outros termos, como reivindicar uma imagem moderna de mulher, sem abrir mão do “anjo do lar”? Torna-se de bom tom para a mulher moderna, das classes altas às trabalhadoras, passear pelas avenidas, ver e ser vista, estar *up to date* com as últimas tendências da moda, da educação dos filhos e dos cuidados da casa. Para não adquirir “má fama”, é necessário a essa mulher dominar os novos códigos de costumes: nunca andar desacompanhada pelas ruas, permanecer fora de casa apenas para eventos sociais ou necessários à manutenção do bom funcionamento do lar, ir diretamente da casa para o trabalho e vice-versa, usar um vestuário condizente com a imagem da donzela ou dama.

Mais do que um decálogo de bons costumes destinados às mulheres, as crônicas de João do Rio e Júlia Lopes de Almeida denunciam diversos aspectos de exploração das mulheres – a começar pela miséria que atinge os lares de muitas trabalhadoras e mães – ao mesmo tempo em que rechaçam certos aspectos da presença crescente do feminismo no Brasil.

Não caberia nesse artigo retomar discussões sobre a definição do feminismo no Brasil a partir dos Oitocentos. Concordo com Constância Lima Duarte, “como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a

ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo” (Duarte, 2003, p. 151). No entanto, também cabe ressaltar que, para João do Rio e Júlia Lopes de Almeida, os escritores aqui em foco, nem sempre o termo “feminismo” estava adequado aos ideais de modernização da condição feminina, em especial, das camadas de mulheres burguesas. Interessa-nos investigar, tomando como base algumas crônicas e entrevistas desses autores, a hipótese da defesa de um “bom” feminismo, a serviço da autonomia das mulheres e manutenção aos modelos familiares burgueses, em paralelo à crítica a certas práticas e posicionamentos das feministas capazes de colocar em risco a pré-determinação das performances e papéis sociais.

Na crônica “Feminismo Ativo”, do volume *Vida Vertiginosa* (1911), João do Rio nos mostra um pequeno recorte da formação da classe trabalhadora feminina.

Nos grandes armazéns, o caixa é sempre uma senhora, várias seções são ocupadas especialmente por mulheres. Nos botequins, nos restaurantes, elas lá estão, fazendo trocos. Senhoras belas e distintas são agentes de seguro, andam a trabalhar desde cedo, agentes de anúncios, repórteres reclamistas, professoras de línguas. No correio e nos telégrafos, as novas agências são ocupadas por meninas. Ninguém mais fica admirado que uma senhora tenha que fazer, trabalhe, colabore na vida social, esteja ao lado do homem, capaz de ter ideias pessoais e de existir sem o auxílio pecuniário (Rio, 2021, p. 220).

Temos aqui o registro dos espaços de trabalho ocupados pela proletária. O escritor não vê o trabalho público como sinal de decadência das mulheres ou da família patriarcal. Pelo contrário, João do Rio compreende o trabalho remunerado como forma de libertar a mulher pobre ou remediada de casamentos sem amor e, nesse sentido, coloca-as ao lado do homem na colaboração do crescimento da

economia, assim como as vê como seres igualmente inteligentes. A esta busca pela independência por meio do trabalho, o escritor nomeará como “feminismo ativo”.

A crônica em grande parte é construída na oposição entre as definições misóginas de filósofos e as conquistas alcançadas pelas mulheres na virada do século XIX para o XX.

Essas criaturas que Proudhon definia como ‘um meio-termo entre o homem e o animal’ e Schopenhauer aconselhava a ‘bater, dar de comer e fechar’ começaram pela independência mundana. Uma senhora mundana é um ornamento social, representa um papel, pertence mais ao programa do dia que ao lar. Depois tivemos, mesmo na monarquia, senhoras libertas, que chegaram à literatura e fizeram versos. Eram vistas com terror sagrado pelas matronas e com um ar de ironia invejosa pelos homens (Rio, 2021, p. 214).

A escrita aparece aqui como elemento divisor entre o “ornamento social” e a senhora liberta. Escrever, uma escritura feminina, ameaça o equilíbrio dos papéis de gênero estipulados. Constância Lima Duarte (2003; 2010), em suas consolidadas pesquisas sobre o feminismo no Brasil, mostra-nos a impossibilidade de separar o desenvolvimento da literatura de autoria feminina, a criação de jornais e revistas voltados para mulheres e o crescimento do ideário de emancipação.

Qual seria, então, o lugar das mulheres escritoras no início do século XX? Melhor, como a modernização, vista como uma necessidade imperiosa para a entrada do país no concerto das nações europeias, poderia acomodar a mulher trabalhadora em espaços de pouco protagonismo ou mesmo perseguição – caso das profissionais liberais e das escritoras assumidamente feministas – e a escrita das mulheres na Belle Époque?

Ainda que a presença das mulheres no meio educacional e literário tenha se iniciado, de forma mais constante, em meados dos Oitocentos, com nomes como Nísia Floresta (1810-1885), Narcisa Amália (1852-1924) e Maria Firmino dos Reis (1822-1917), entre tantas, muitos dos problemas enfrentados pelas pioneiras ainda repercutem no século seguinte.

Em depoimento a João do Rio, a escritora Júlia Lopes de Almeida relata o medo da reação do pai quando este descobre seus primeiros versos, compostos em segredo. Contava Júlia, então, com 19 anos, e o ano era 1881.

Meu pai, muito sério, descansou o Jornal. Ah! Deus do céu, que emoção a minha! Tinha uma grande vontade de chorar, de pedir perdão, de dizer que nunca mais faria essas coisas feias, e ao mesmo tempo um vago desejo que o pai sorrisse e achasse bom. Ele, entretanto, severamente lia. Na sua face calma não havia traço de cólera ou de aprovação (Rio, 2019, p. 64).

A declaração consta do inquérito *O momento literário* (1907), uma série de entrevistas com escritores, poetas e críticos literários publicadas na *Gazeta de Notícias* e, posteriormente, organizadas em livro. Mesmo diante de um pai, como Valentim José Silveira Lopes, incentivando as filhas a ler os clássicos portugueses, Júlia sente vontade de “pedir perdão”. Seria o medo frente ao julgamento crítico de sua poesia ou de sua ousadia por escrever? Entre o acesso à leitura em meados dos Oitocentos, o acesso à formação da dama de salão e a mulher que pratica a escrita como profissional, temos um abismo.

Estabelecemos aqui dois pontos de ruptura dos lugares reservados às mulheres na modernidade. A presença das camadas remediadas em espaços públicos, em especial no comércio e nas fábricas têxteis, antes destinados exclusivamente aos homens, e a produção de uma escritura feminina colaborando na formação de novas subjetividades

e anseios. Em ambos os casos, o mínimo de acesso à educação formal é necessário. O problema é a fronteira entre um discurso modelador de novas práticas e hábitos, considerados modernos, e a manutenção dos aspectos da feminilidade a serviço da regulação social.

João do Rio não se farta em fazer o elogio da mulher trabalhadora como modelo a ser seguido na modernidade, como na seguinte passagem de “Feminismo Ativo”.

Mas o meu entusiasmo é cada vez mais vivo quando, ao visitar uma fábrica, vejo a mulher e o marido trabalhando igualmente em teares idênticos enquanto os filhos estão ou no colégio de mulheres ou já na oficina como aprendizes, mostrando o mesmo valor dos pais (Rio, 2021, p. 222).

A tônica é a defesa da igualdade entre o homem e a mulher, melhor, entre o pai e a mãe. As imagens dos “teares idênticos”, do “mesmo valor” dos filhos, rasuram o valor da mulher como incapaz ou inferior para o trabalho – concebido como um valor masculino – ou para o estudo. A quebra de hierarquia entre os gêneros não supõe, no entanto, outras formas de regulação familiar ou de conquistas individuais para as mulheres.

Se há um “feminismo ativo”, associado aos espaços de trabalho públicos – da operária à professora, passando pela caixeira –, há, por certo, um “feminismo teórico”, passivo, condenado por João do Rio. Em linhas gerais, um feminismo que não interessa aos ideais de modernização defendidos pelo escritor. Um feminismo que rompe com a imagem consolidada de mulher e, por conseguinte, capaz de colocar em perigo o equilíbrio dos papéis sociais.

Nas revistas e jornais, são inúmeros os artigos e crônicas, escritas por homens e mulheres, dando notícias do feminismo na Europa e nos EUA, acompanhando a prisão de sufragistas inglesas, e, por aqui,

a fundação do Partido Republicano Feminino em 1907, liderado por Leolinda Daltro. Os avanços iniciais, como a conquista do emprego em espaço público e a defesa da educação para as mulheres, ainda atingem apenas uma minoria e não são de nenhuma forma assegurados a longo prazo. Pelo contrário, segundo Margareth Rago, nesse período,

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina (Rago, 1997, p. 581).

A hostilidade, o assédio e, por vezes, o preconceito familiar que preferia ver a filha casada são alguns dos fatores que contribuem para esse quadro. Como dito anteriormente, à mulher cabe o equilíbrio familiar, os cuidados com os filhos e a casa. Daí advém parte do encanto de João do Rio diante da “humilde” Júlia Lopes de Almeida:

[...] Sou de muito pouca leitura.

Era capaz de passar a vida lendo, mas uma dona de casa não pode perder tanto tempo. E até fico nervosa quando vejo livros por abrir. Seria tão agradável gastar a existência lendo!...

Quem entretanto cuidaria dos filhos, dos arranjos da casa? (Rio, 2019, p. 70).

E, no entanto, à época da entrevista, a escritora já havia publicado 12 volumes, entre romances, manuais para moças, contos, além de se dedicar ao trabalho cronístico nos periódicos.

Diversos aspectos da obra da escritora consagrada devem ter fascinado o jornalista iniciante, como o compromisso com o realismo

social; o protagonismo de personagens femininas; o não julgamento das atitudes das personagens, mesmo de mulheres que cometem adultério; a escrita direta, sem floreios, retratando a cidade moderna, como podemos ver na abertura de *A falência* (1902)

O Rio de Janeiro ardia sob o sol de dezembro, que escaldava as pedras, bafejando um ar de fornalha na atmosfera. Toda a rua de S. Bento, atravancada por veículos pesados e estrepitosos, cheirava a café cru.

Era hora de trabalho. Entre o fragor das ferragens sacudidas, o giro ameaçador das rodas e os corcovos de animais contidos por mãos brutas, o povo negrejava suando, compacto e esbaforido (Almeida, 2019, p. 9).

João do Rio partilha com Júlia Lopes de Almeida o mesmo fascínio pelo ritmo frenético da cidade, certo descritivismo de ordem naturalista, uma linguagem que, por vezes, avoluma-se em sinestésias, em outros momentos, mostra-se objetiva e direta.

Ao contrário dos demais capítulos de *O momento literário*, cujos títulos recebem o nome do escritor entrevistado, “Um lar de artistas” abarca a conversa com Júlia Lopes de Almeida e seu marido Felinto de Almeida. Ainda que as opiniões do poeta a respeito da literatura atual apareçam aqui e ali, fica claro que o interesse central de João do Rio é pela romancista. Os filhos pequenos – “o lar” – interrompem a conversa, mas são sempre acolhidos pelo casal, por “D. Júlia”, conciliando os deveres maternos à escrita sem percalços. Por isso a pergunta de João do Rio – “E o feminismo, que pensa do feminismo?” –, única vez em que o tema aparece no livro, não é desinteressada.

Parece-me ver nos olhos de D. Júlia um brilho de vaga ironia. — Sim, com efeito, há algumas senhoras que pensam nisso. No Brasil o movimento não é contudo grande. Acabo de receber um convite de Júlia Cortines para colaborar numa revista dedicada às

mulheres. Descanse! Há uma seção de modas, é uma revista no gênero da *Femina*... (Rio, 2019, p. 72-3, grifos nossos).

O breve diálogo sugere o interdito. A imprecisão proposital de João do Rio evoca uma cumplicidade entre entrevistador e entrevistada ou, ao contrário, Júlia Lopes de Almeida, sutilmente, escapa a um posicionamento assertivo acerca do tema espinhoso? E, no entanto, a escritora faz questão de demarcar seu espaço para o interlocutor: ao lado de uma imprensa feminina, e não feminista. Como veremos adiante, há zonas nebulosas na postura de Júlia Lopes de Almeida frente ao feminismo.

Não é a primeira vez que João do Rio preocupa-se com o tema. Em 26 de junho de 1903, a *Gazeta de Notícias* publicava uma crônica-entrevista de João do Rio intitulada “O feminismo no Brasil – a felicidade dos homens adiada”, com o subtítulo “o direito do voto”.

Na crônica, não publicada em livro, já é possível reconhecer algumas marcas do escritor que se consagraria alguns anos depois. Estão lá o interesse pelas ruas, pelos eventos modernos, como o surgimento do feminismo no Brasil, e o uso da entrevista como forma de testemunho ao leitor.

A crônica-entrevista tem como núcleo o encontro, aparentemente casual, com a primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil, a fluminense Myrthes Gomes de Campos (1865-1975). A advogada é figura central na luta pelo direito ao voto e pela autonomia feminina. Tendo concluído o curso em 1898, somente em 1906, após árdua batalha, consegue o registro definitivo na OAB que lhe permite o exercício profissional. Diz João do Rio: “Há dias já, desde que os juízes negaram o direito de voto à mulher, procurávamos Mlle. Myrthes, advogado, director do movimento feminista no Brasil e era grande sorte encontrá-la assim de repente, à esquina da Rua do Rosário.” O passeio segue pelas ruas do centro, até chegar à redação da Revista

Jurídica, onde a advogada trabalha. “Uma *interview* sobre os direitos da mulher na Rua do Ouvidor (...) nada de mais excentrico, de mais extra-commum, de mais precursor...” (Rio, 1903, p. 3).

Entrevistar uma advogada enquanto caminham lado a lado pela rua-vitrine da capital – por onde todos circulam para verem e serem vistos – torna a entrevista uma forma de performance da própria modernidade. A “excentricidade” dá-se pelo contraste entre o ambiente – espaço para salões de moda, cafés, a fascinar as damas – e as lutas “masculinizantes” presentificadas pelo corpo de D. Myrthes. Assim, o cronista já dá o tom de cumplicidade com o leitor, a piscadela, antes mesmo do início da *interview*.

A entrevista tornou-se um gênero discursivo, no sentido bakhtiniano, próprio da modernidade jornalística. Para além do artigo de fundo, marca dos Oitocentos, temos a urgência da palavra transcrita oferecendo o testemunho como forma asseguradora do prestígio da imprensa.

Pero ese diálogo, que se presenta como el acceso más inmediato a una palabra auténtica, testimonial, autorizada, se enfrenta a una paradoja: su credibilidad se construye con procedimientos propios de los géneros de ficción, literarios o mediáticos (formas de narrar, gestos, expresiones, entonaciones); su ‘objetividad’ puede derivar curiosamente de la puesta en escena, a veces exacerbada, de la subjetividad (Arfuch, 1995 p. 24).

Em acordo com Leonor Arfuch, penso nas entrevistas com Myrthes Gomes de Campos e Júlia Lopes de Almeida, quando aproximadas, como forma em que o peso do dito – ou apenas sugerido – por entrevistador e entrevistada operam para criar imagens opostas de mulheres na modernidade. Contra o “lar” da artista moderna, o espaço público da feminista que caminha sozinha pelas ruas. Contra a imagem da mulher descrita como “calma, repousada, doce a sua

voz, como maternais são os gestos seus.” (Rio, 2019, p. 71), a figura da advogada independente do homem,

Antes de tudo mulher, pela intelligencia aguda, pela maneira de fallar, pelo modo de conversar, Myrthes de Campos, sempre que lhe dou a parede no *trottoir*, desvia, vai pela ponta. Resigno-me (Rio, 1903, p. 3).

É preciso destacar que não há ironia na admiração pela inteligência do “doutor” Myrthes. No entanto, podemos perceber como a negação do gesto cavalheiresco produz um choque na escrita de João do Rio. A rejeição à performance masculina protetiva é destacada para delinear o perfil da nova mulher moderna e, por conseguinte, desestabilizar o local ocupado pelo homem. A crônica-entrevista é repleta desses pequenos ruídos – a hesitação entre deixar a senhora subir as escadas à frente ou não; a despedida com um vigoroso *shake-hands* – somados à defesa da inserção da mulher de forma ativa na sociedade. Para isso é preciso retirar a mulher da condição de alienação sobre si mesma.

Em determinado momento, Myrthes Gomes de Campos lança a pergunta para João do Rio

[...] O que é uma mulher entre nós? Um triste objeto de luxo sem cerebro, um manequim onde a idea e o direito não evoluíram...’

Aqui interrupção. Um bando de senhoras, roçagantes de seda, tomam toda a calçada rindo e chalrando.

Myrthes passa e continua:

- Qualquer dellas será uma revoltada no dia em que comprehender o papel de escrava, que representa (Rio, 1903, p. 3).

Ao final da crônica-entrevista, as “lindas damas” retornam à cena como contraponto à descrição inicial da advogada, vista como uma

figura magra, míope e de vestido preto. Da mesma forma, as ideias feministas não convencem o escritor em 1903.

A felicidade do homem! A mulher emancipada! A igualdade! Que pensará toda essa gente que me acotovella e essas lindas damas a sorrir no enlevo de se verem adoradas? Pensarão em tudo, Deus do céu! Menos na existência de um pequeno grupo que lhes quer arrancar o luxo das pedrarias e as obrigar ao voto, despil-as das sedas e tornal-as responsáveis com o progresso, o discurso, a camara, sem *flirt* e sem bombons! (Rio, 1903, p. 3).

As *modern girls* de João do Rio podem até comportar-se de forma atrevida – o exercício do *flirt* em público sendo um dos novos comportamentos adotados durante a modernidade –, mas não devem abrir mão de feminilidade decorativa, incompatível com a inserção politizada do indivíduo na sociedade, exclusiva dos homens. Mesmo no trabalho, o exercício da feminilidade exaltada como natural é bem-visto; a delicadeza, o cuidado com o outro e a prontidão da dona de casa são agora transferidos para o espaço público sem prejuízo para o equilíbrio entre os sexos.

Quase uma década depois, na crônica “Feminismo ativo”, João do Rio já parece ter esquecido de vez seu medo frente à emancipação feminina.

Não estamos ainda na cidade inglesa de High Wycombe, em que miss Ethel Dove foi eleita, unanimemente pelo conselho municipal, prefeita. Não estamos no Gincinatti, em que uma senhora arquiteta foi encarregada de construir um teatro modelo. Não estamos em Londres, em que as mulheres fazem *meetings* querendo ocupar um lugar na representação nacional. Não estamos em Paris, onde as mulheres são cocheiras e lutam pela vida, guiando os carros da praça pelos boulevards. Ainda não temos a mulher-sandwich. Mas iremos lá necessariamente e honestamente, abolindo velhos preconceitos (Rio, 2021, p. 216-7).

Se vemos uma defesa da vida plena da mulher, ocupando espaços antes restritos aos homens, também encontramos na mesma crônica uma crítica feroz às *femmes de lettres*. Mulheres, como diz o autor, de “exibicionismo irritante e da vaidade ativa” (Rio, 2021, p.220) nada de significativo tem a dizer. Pior, elas deixariam de ser mulheres para entrar no terreno bem delimitado da construção simbólica do homem. As discussões sobre o feminismo não giram somente em torno da emancipação da mulher, mas sobre qual a forma de apresentação dessa nova mulher na modernidade. Esse ponto passa pela delimitação, pelo estabelecimento da fronteira, entre o masculino e o feminino. Vindo de um homem como João do Rio, perseguido inúmeras vezes pelo seu “exibicionismo” dândi e por sua orientação sexual, não deixa de ser uma crítica surpreendente.

No último congresso científico, uma dessas damas, metida numa roupa semimasculina, apanhou-me certa vez de sopetão, e eu passei um dia inteiro a vê-la manejar o *lorgnon*, recitar, com pedriços na voz, um ensaio sobre o feminismo no Brasil e pedir, entre suspiros lânguidos, um pouco d’água com açúcar.

Desde então o meu respeito transformou-se em terror e é bem de crer que este terror aumente, dada as evidentes manifestações de epidemia literária, que ora convulsione os cérebros femininos (Rio, 2021, p. 217-8).

Haveria uma “má” escrita de autoria feminina, ligada ao feminismo, em um contexto, como já visto, de medicalização da sexualidade e do entendimento de quaisquer comportamentos desviantes como “degenerados”. Nessa perspectiva, não haveria como separar a escrita feminista de uma performance “semimasculina” de mulheres – lésbicas ou não – que incorporaram ao vestuário as gravatas, os paletós, as famosas calças *jupe colottes*, aposentaram os espartilhos, adotaram a prática de esportes, o uso de bicicletas, causando discus-

sões desde os fins do século XIX sobre os malefícios ou benefícios para a sociedade e para a saúde das novas práticas e costumes.

Cláudia Oliveira, em “Mulheres na luta pela emancipação: novos vestuários e novos comportamentos pelas lentes da imprensa carioca – 1900-1914”, mostra como diversas subculturas de mulheres jovens ligadas à educação formal, aos ambientes públicos de trabalho, às academias de pintura e aos movimentos feministas têm em comum a apropriação de índices do universo masculino.

A masculinidade no vestir evoca rigor e severidade, elementos exigidos no mundo do trabalho. Para obter acesso ao mundo masculino, esses grupos de jovens mulheres tiveram que negociar com as normas sociais vigentes. Uma dessas negociações se traduziu na construção de uma nova aparência feminina, que associava a feminilidade ao discurso da eficiência e da severidade masculina, entendido como expressão do poder, e que assim desafiava o esquema dualista de gênero das sociedades heteronormativas (Oliveira, 2019, p. 101).

No entanto, o processo de aproximação da feminilidade à defesa da eficiência em termos masculinos não pode ser considerado sem considerarmos como outros elementos – dentre eles o discurso, a escrita, a ocupação das ruas, os papéis familiares concernentes às mulheres – entram em choque na construção da identidade da nova mulher moderna.

A análise de algumas declarações e crônicas de Júlia Lopes de Almeida revela a complexidade das fricções entre a busca pelos direitos das mulheres, o feminismo e as novas performances estéticas da modernidade. A partir de 1897, a romancista começa a publicar regularmente na revista feminista *A mensageira – revista literária dedicada à mulher brasileira* (São Paulo – 1897-1900), fundada pela poeta Presciliana Duarte de Almeida. Sem seções de moda, como as

revistas feministas surgidas nos Oitocentos dedicavam-se à publicação de poemas, crônicas de autoria feminina, e, sobretudo, à divulgação do ideário das lutas feministas e das paulatinas conquistas alcançadas pelas mulheres. A escritora, entrevistada por João do Rio anos depois, assim se posiciona no texto “Entre amigas”, publicado no primeiro número da revista, em 15 de outubro de 1897:

Não é sem algum espanto que escrevo este artigo, para um jornal novo, e, de mulheres! É uma tentativa sem grandes fundamentos? Viverá pouco? Ficaré? Só o tempo poderá responder a estas perguntas; entretanto, que fique, ou que passe no sopro ligeiro dos dias curtos, esta revista assignala um facto, digno de attenção de que o movimento feminista vae desenvolvendo a força de suas azas, no Brazil (Almeida, 1985, p. 3).

Sem se nomear como feminista, a escritora coloca-se como uma observadora interessada do movimento. Interessa-lhe a defesa de uma modernidade na qual as mulheres são incitadas “ao progresso, ao estudo, à reflexão, ao trabalho e a um ideal puro que as nobilite e enriqueça” (Almeida, 1985, p. 4).

A visão progressista de Júlia Lopes de Almeida não exime a condenação enfática, à semelhança do que vimos em João do Rio, de um feminismo capaz de corroer a necessária performance da feminilidade. Tal posicionamento fica explícito na crônica “Vestuário feminino”.

Seja o que fôr, nem a moral nem a esthetica ganham nada com isso. Ao contrário; se uma mulher triumphá da má vontade dos homens e das leis, dos preconceitos do meio e da raça, todas as vezes que fôr chamada ao seu posto de trabalho, com tanta dôr, tanta esperança, e tanto susto adquirido, deve ufanar-se em apresentar-se como mulher. Seria isso um desafio?

Não; naturalíssimo pareceria a toda a gente que uma mulher se apresentasse em público como todas as outras.

Basta vêr um jornal feminista para toparmos logo com muitos retratos de mulheres celebres, cujos paletots, colletes e collarinhos de homem, parece quererem mostrar ao mundo que está alli dentro um character viril e um espírito de atrevidos impulsos. Cabellos sacrificados à tesoura, lapelas (sem flôr!) de casacos escuros, saias esguias e murchas, afeiam corpos que a natureza talhou para os altos destinos da graça e da belleza (Almeida, 1906, p. 24).

A crítica da escritora pressupõe que abrir mão da figura feminina implicaria, em algum grau, negar os predicados próprios da beleza, da delicadeza, para travestir-se dos índices do masculino seria comprovar que só os homens são capazes do sucesso. O desafio estaria em permanecer adequada aos padrões burgueses enquanto se procede a luta pela autonomia dentro dos ideais conformadores do progresso coletivo. De qualquer forma, o debate feminista coloca no centro da discussão as imbricações entre as conquistas das mulheres e a performance de gênero (cf. Butler, 1990), na qual se inclui a ação, o discurso, a expressividade física do ser mulher em uma sociedade em veloz mutação. O corpo da mulher passa a ser um espaço de combate discursivo e performático tão importante quanto a validação da mulher no ambiente educacional ou de trabalho.

Não se trata de exigir de Júlia Lopes de Almeida a defesa da emancipação feminina em separado da manutenção da tradição familiar burguesa, mas destacar como a aproximação e o afastamento de lutas feministas – como o direito à instrução plena e ao voto, a defesa da igualdade da competência para o trabalho liberal e pelo divórcio, entre outros tópicos – envolvem uma rede de posicionamentos complexos e movediça, sobre a qual incide a constante observação e julgamento masculinos.

Como destaca Anna Faedrich (2018, p. 168),

É curioso notar que a crítica nos faz acreditar que os livros de D. Júlia eram dicas e receitas bobas para mulheres – noivas, casadas ou mães. Entretanto, a leitura acurada de *Livro das noivas e Livro das donas e donzelas* mostra-nos que, apesar de seus títulos, as obras são muito diferentes do que a crítica nos sugere. A hipótese que levanto é a de que Júlia soube manipular a ordem vigente de forma astuciosa a ponto de não causar recepção adversa, protegendo assim seu ofício de escritora.

De fato, por trás da ideia inocente do “manual” destinado a jovens ou mulheres casadas, encontramos um panorama temático que foge aos supostos assuntos domésticos e amplia a discussão sobre a mulher moderna, enquanto assegura à autora a posição de destaque no cenário literário da época.

Em “A mulher brasileira” (*Livro das donas e donzelas*, publicado em 1906), Júlia Lopes de Almeida critica a imagem fixada da dama submissa. Interessa defender uma figura de mulher combativa dentro e fora do lar, em acordo com os paradigmas da modernidade e que ainda resguarde os valores da maternidade.

Mas não tivesse ella capacidade para a lucta e ainda as portas das academias não se lhe teriam aberto, nem teria conseguido leccionar em collegios superiores. A esses logares de responsabilidade ninguém vae por phantasia nem chega sem sacrifícios e coragem. Apesar da antipathia do homem pela mulher intellectual, que ele agride e ridiculariza, a brasileira de hoje procura enriquecer a sua intelligencia frequentando cursos que lhe illustrem o espirito e lhe proporcionem um escudo para a vida, tão sujeita a mutabilidades... (Almeida, 1906, p. 36).

É nesse lugar que João do Rio e Júlia Lopes de Almeida se encontram. Em defesa da construção de uma mulher moderna combativa, não submissa ao marido, capaz de equiparar-se em competência e

intelectualidade aos homens. Sem abrir mão da condição já constituída do casamento e da maternidade. Pelo contrário, aumentando a importância da esposa e da mãe na boa condução da família, em acordo com as ideias da medicina do início do século XX.

Por isso, a necessidade de separação, ainda que temporária, sutil, entre o feminismo que não tem medo de dizer seu nome e a defesa dos avanços progressistas que incluem a mulher na modernidade. Confirmada essa hipótese, haveria um feminismo ameaçador da própria definição do que é ser mulher e, por consequência, da manutenção da família burguesa, sendo gestado em concomitância com os desejados avanços educacionais e da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Como é notório, esse processo não se iniciou na virada do século XIX para o XX, mas adquire nuances específicas quando observamos as posições de dois dos maiores escritores da época. Em um contexto histórico dominado pelo controle da saúde da mulher, da invenção da maternidade como função social, da vigilância dos comportamentos nomeados como degenerados, o feminismo abala os códigos da estabilidade burguesa e do corpo feminino submisso.

As aparentes contradições nos textos de João do Rio e Júlia Lopes de Almeida mostram que, nem sempre, a adesão desejada à modernidade implicava na aceitação de discursos e práticas feministas em desacordo com a feminilidade estruturante da família. Começava a se desenhar ali questões com as quais até hoje lutamos.

RECEBIDO: 30/09/2023

APROVADO: 25/11/2023

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A falência*. Jandira: Ed. Principis, 2019.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. “Entre amigas”. *A mensageira – Revista literária dedicada à mulher brasileira*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1985. Ed. fac-similar. Volume 1. p. 3-5.

- ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das damas e donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & cia, 1906. Disponível em <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=131305>. Acesso em 13 set. 2023.
- ARFUCH, Leonor. *La entrevista, una invención dialógica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.
- BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversity of identity*. London: Routledge, 2006.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil*. Vol. 1: Século XIX. Rio de Janeiro: Autêntica, 2010.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto – FAPESP, 2004. p. 322-361.
- FAEDRICH, Anna. Vozes dissonantes, vozes abafadas: literatura de autoria feminina na Belle Époque brasileira. In: DIAS, André; PASCHE, Marcos; RODRIGUES, Rauer (org.). *Literatura e dissonâncias*. Rio de Janeiro: UERJ – ABRALIC, 2018. p. 159-173.
- OLIVEIRA, Cláudia. Mulheres na luta pela emancipação: novos vestuários e novos comportamentos pelas lentes da imprensa carioca – 1900-1914. *Revista Dobras*, v. 12, n. 25, p. 96-110, abr. 2019.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto – FAPESP, 1997. p. 578-606.
- RIO, João do. O feminismo no Brasil – a felicidade dos homens adiada – o direito do voto. *Gazeta de Notícias*. 26 jun. 1903. p. 3.
- RIO, João do. D. Joaquina. In: RIO, João do. *A mulher e os espelhos*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. p. 25-30.
- RIO, João do. Um lar de artistas. In: RIO, João do. *O momento literário*. Organização, introdução e notas de Sílvia Maria Azevedo e Tania Regina de Luca. São Paulo: Rafael Coppeti, 2019. p. x-x.

RIO, João do. Feminismo Ativo. *In*: RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Introdução e notas Giovanna Dealtry. Rio de Janeiro: Record, 2021. p. 213-224

MINICURRÍCULO

GIOVANNA DEALTRY é doutora em Letras pela PUC-Rio e professora adjunta do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É autora de *No fio da navalha – malandragem na literatura e no samba* (Ed. Malê) e coorganizadora de *Outros modernismos no Brasil-1870-1930* (Ed. Zouk), entre outras publicações.